



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Extrato da Acta a que se refere o artigo 118 do Código Eleitoral [Lei nº 1.164, de 24-7-1950], na parte relativa ao Candidato

FRANCISCO SALGOT CASTILLON

Aos 9 de novembro de 1962, às 18 horas, na Capital do Estado de São Paulo, à Rua do Seminário N.º 61, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral, sob a presidência do Desembargador Raphael de Barros Monteiro, presentes os demais Juízes que o compõem e o Dr. Procurador Regional, para, na forma do disposto no art. 109 do Código Eleitoral, tomar conhecimento do relatório da Comissão Apuradora das eleições realizadas a 7 de outubro do mesmo ano, nesta Circunscrição Eleitoral. Lido e discutido, foi o referido relatório aprovado por unanimidade de votos.

Em sessão realizada aos 11 de janeiro de 1963, tendo em vista decisões posteriores sobre a anulação de votos atribuídos a candidatos não registrados e cidadãos inelegíveis, o Tribunal retificou os resultados constantes daquele relatório e a respectiva proclamação, verificando-se que o total dos votos válidos apurados, inclusive os em branco, na eleição de deputados à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, foi de 3.090.898 (TRÊS MILHÕES, NOVENTA MIL,
OITOCENTOS E NOVENTA E OITO).

Esse total dividido pelo número de vagas a preencher (115), acusou o quociente eleitoral de 26.877 (VINTE E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E SETE).

Isto posto, o quociente partidário obtido pela UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, cuja legenda alcançou 250.011 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL E ONZE)

votos, foi de ONZE lugares, incluindo as sobras calculadas segundo a lei.

Em consequência, foi proclamado eleito o candidato FRANCISCO SALGOT CASTILLON que recebeu 13.912 (TREZE MIL, NOVECENTOS E DOZE) votos nominais,

ficando-lhe assegurado o 2.º lugar, dentre os eleitos pela legenda partidária.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, em 25 de JANEIRO de 1963. Eu,

Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, subscrevi.

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL